

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO DO SENADO FEDERAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024**

**PROCESSO Nº 00200.015872/2023-1**

**ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.619.976/0001-58, sediada no Setor de Oficinas Norte – Quadra 04, Conj. “D”, Loja 35, Brasília – DF, CEP 70.634-440, telefone (61) 3403-0101, na qualidade de licitante, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, tempestiva e respeitosamente, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pela empresa **G I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA**, contra a v. Decisão que habilitou a empresa Ágil no certame em tela, aduzindo, para tanto as razões de fato e de direito delineadas abaixo.

**TEMPESTIVIDADE**

O prazo de 3 (três) dias úteis, que começou a correr do término do prazo para o registro das razões recursais, findará em 23/07/2024. Ante o exposto são tempestivas as presentes contrarrazões recursais.

**HABILITAÇÃO DA EMPRESA AGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA**

A empresa Recorrida foi declarada habilitada uma vez que é empresa legalmente estabelecida, especializada no ramo de vigilância e que satisfaz as condições do Edital e seus anexos.

## OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, abriu licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinada **à contratação de serviços contínuos de supervisão, vigilância armada e desarmada** no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, nos blocos residenciais “C”, “D” e “G” da SQS 309, na residência oficial da Presidência do Senado e no Museu dos Poderes da República.

Todos os trâmites ocorreram de acordo com o regular procedimento licitatório disposto na Lei 14.133/21, sendo sagrada como vencedora a presente Recorrida.

Inconformada com a habilitação da Ágil, a Recorrente interpôs recurso administrativo pontuando, em suma, que: **(1)** a Ágil não teria atendido às exigências do edital quanto à comprovação do cumprimento da legislação trabalhista, especialmente no que se refere à reserva de cargos para jovens aprendizes, conforme item 4.3.3.b do edital e; **(2)** não teria apresentado documentação adequada para comprovar sua qualificação econômico-financeira, incluindo balanço patrimonial e demonstrações contábeis em conformidade com as exigências do edital, havendo também supostas inconsistências e omissões em suas demonstrações financeiras, como a ausência de provisões para contingências judiciais.

Entretanto, conforme restará comprovado, o Ilmo. Pregoeiro agiu de acordo com a legislação em vigor, sendo que toda a documentação apresentada pela Ágil atende plenamente os pleitos editalícios, sem qualquer mácula, o que será aqui reforçado.

### **INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE VIGILANTES APRENDIZES. OBSERVÂNCIA DA COTA. ATENDIMENTO ÀS REGRAS LEGAIS, EDITALÍCIAS e À JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA**

Alega a Recorrente que a empresa Recorrida não logrou êxito na comprovação do item 4.3.3.b do Edital, porquanto, segundo sustenta, empregaria aprendizes em número inferior ao percentual mínimo previsto do art. 429, *caput*, da CLT.

Entretanto, a pretensão da Recorrente **não** merece prosperar porque está em desconformidade com as regras editalícias e legais, bem como em confronto com a jurisprudência específica da matéria.

Contrário às disposições legais e judiciais, o que se vê é que a Recorrente se vale do fato de que a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho aponta a Ágil como não cumprindo a cota referente a jovens aprendizes, algo que será devidamente detalhado abaixo. Por ora, é necessário reforçar que nem a própria Recorrente possui a citada certidão, aliás, NENHUMA empresa das 18 participantes neste certame, possui a referida certidão positivada.

Inicialmente, com relação à contratação de aprendizes em observância aos quantitativos previstos nas Leis trabalhistas, a licitante reitera expressamente a declaração apresentada no curso do certame, valendo reforçar que, tanto quando da abertura do Pregão, como ao longo de todos os meses que se sucederam, a empresa sempre esteve enquadrada na previsão legal.

A Recorrida é empresa que tem como objeto social a prestação de serviços de segurança e vigilância em estabelecimentos públicos e privados e prestação de serviços de segurança pessoal, cuja atividade é regida pelas disposições da Lei 7.102/1983, que para o exercício de sua atividade empresarial deve atender a disposições específicas, e também pelos normativos do Ministério da Justiça, órgão responsável por autorizar o funcionamento das empresas nesse ramo de atuação econômica.

De acordo com o disposto no Decreto 5.598, de 2005, aprendiz é o maior de 14 e menor de 24 anos de idade, mantido em um Programa de Aprendizagem, em uma ONG, escola técnica ou escola do sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat e SESCOOP).

Sobre a aprendizagem dispôs o Decreto nº 9.579, de 22/11/2018, que consolidou atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que tratam, também, da Criança e do Adolescente e do Aprendiz. Referido Decreto dispôs sobre a formação técnico-profissional metódica e ditou, no artigo 49, Parágrafo único, ao aprendiz, com idade inferior a 18 anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em formação. O regulamento consolidado definiu as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, sendo elas, os serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP), as escolas técnicas de educação, as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos sistemas de desporto estaduais, distrital e municipais.

A aprendizagem está regulada pelos artigos 428 a 433 da CLT, dos quais se extrai o seguinte:

Artigo 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, **compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico**, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e **inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.**

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Como se observa, a própria CLT especifica que a atividade de aprendizagem tem que ser **compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico** do aprendiz, daí já se observa a incompatibilidade da aprendizagem com as funções de vigilante, cuja atividade está descrita no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), Código 5173: *“Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escolham pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive fogos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes”*.

Veja que a atividade de vigilância possui alto risco porque visa proteger a vida das pessoas e seu patrimônio material, tanto assim que o vigilante recebe adicional de periculosidade exatamente para indenizar a situação perigosa da sua atividade, nos termos do artigo 193, inciso II, da CLT<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Artigo 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

A Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, dispôs sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabeleceu normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e deu outras providências. Essa lei definiu as funções de vigilante e estabeleceu os requisitos para o exercício da profissão:

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do caput e §§ 2º, 3º e 4º do art.10. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

...

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

...

**IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)**

**V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;**

...

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.184-23, de 2001)

Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Nota-se que a própria lei somente considera vigilante quem foi aprovado no curso de formação, em estabelecimento autorizado por lei, exigindo ainda aprovação em exame de **saúde física, mental e psicotécnico**.

O aprendiz, portanto, não possui a aprovação em curso para formação de vigilante muito menos foi aprovado em exame para aferição da saúde física, mental e psicológica, razão por que não há que se falar em descumprimento aos artigos 428 e 429 da CLT porque o aprendiz não tem ainda a compatibilidade da atividade de vigilante com sua saúde moral e psicológica.

De outro lado, a aprendizagem tem por objetivo preparar e inserir menores no mercado de trabalho, sob a proteção legal assegurada pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Consolidação das Leis do Trabalho.

---

II – roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

A incompatibilidade entre a atividade de vigilância e a aprendizagem também se constata porque se deve colocar o jovem “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (artigo 227 da Constituição Federal), situação essa de proteção que não se encontra no exercício da função de vigilante.

Assim, a pessoa maior de 21 anos até 24 anos, submetida a curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei 7.102 /1983, não se enquadra na coletividade de menores suscetíveis de aprendizagem visando à inserção no mercado de trabalho, até porque após a conclusão do referido curso, requisito necessário para o desempenho das respectivas funções, conforme incisos IV e V do artigo 16 da Lei nº 7.102, de 1983, já não se pode considerá-la aprendiz.

Assim, da simples análise dos dispositivos supra conclui-se que a **atividade de vigilante está enquadrada na EXCEÇÃO prevista no art. 10, §1º, do Decreto n. 5.598/2005**, porquanto **exige habilitação profissional**, **QUE LHE RETIRA A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE VIGILANTES APRENDIZES**, *verbis*:

*“Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.*

*§ 1º. **Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2o do art. 224 da CLT.**” [destacado]*

Ora, se os vigilantes profissionais, previamente à admissão, devem adquirir formação em curso específico e habilitação profissional, mediante registro junto ao Departamento de Polícia Federal, **é obvio que tal função não comporta a aprendizagem**, ainda que por jovens de 21 a 24 anos de idade.

Efetivamente, **não faz qualquer sentido lógico exigir que o jovem (entre 21 e 24 anos) passe pela fase de aprendizado, quando, na referida faixa etária, ele pode se capacitar para o desempenho pleno da profissão de vigilante, por meio de curso específico e habilitação profissional.**

Na prática, a situação das empresas de VIGILÂNCIA é que **não tem como ser aprendiz de vigilante sem ser, de fato e de verdade, um vigilante**

**profissional** (formado em curso próprio e registrado no DPF), ante as peculiaridades da função, amplamente demonstradas acima.

Importante destacar que o próprio Departamento da Polícia Federal (órgão responsável pelo prévio registro da profissão de vigilante) emitiu Parecer nº 16237885/2020-DELP/CGCSP/DIREX/PF, nos autos do Processo nº 08211.004319/2020-92, concluindo que há incompatibilidade intransponível entre a aprendizagem e o desempenho das funções de vigilantes:

9. Veja-se que pela digressão realizada até o presente momento o contrato de aprendizagem é definido como sendo uma **preparação para o exercício de profissão futura**. O contrato de aprendizagem é, sem dúvida, um contrato de trabalho que gera vínculo empregatício e deve ser desenvolvido pelo aprendiz que presente desempenha determinada atividade no futuro.

10. Interpretando-se a legislação correlata à aprendizagem, especialmente as regras constantes do § 1.º do art. 428 e do § 2.º do art. 430 (Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.), ambos da CLT, conclui-se que **a função precípua do aprendiz é qualificar o aprendiz para o desempenho futuro de uma atividade técnico-profissional**, caracterizando-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

11. Pela linha de ideias desenvolvida até o presente momento, entendemos que há incompatibilidade entre o aprendiz e as funções desempenhadas pelo vigilante, especialmente em virtude do fato de que a legislação sobre segurança privada condiciona o exercício da atividade o desempenho da atividade à conclusão com o aproveitamento em curso de formação de vigilantes, sendo incompatível com o § 2.º do art. 430 da CLT, visto no parágrafo anterior. E mais: somente os cursos de formação previstos na Lei n.º 7.102/83 é que possuem autorização (preenchidos todos os requisitos) da Polícia Federal para formar vigilantes, sendo a formação do vigilante incompatível com o programa de aprendizagem.

Como se vê, o Departamento da Polícia Federal evidencia a incompatibilidade do exercício da função de vigilante com o exercício da atividade de aprendizagem, tanto sob a ótica da legislação quanto do ponto de vista do próprio desenvolvimento profissional, moral e intelectual, como explicita em seguida:

12. Destaque-se que o entendimento aqui exposto vem corroborado por posicionamento já consolidado no âmbito da CGCSP, conforme se pode verificar das conclusões constantes do parecer 1410/08 desta Divisão, o qual transcrevemos parcialmente:

(...) a natureza do serviço de segurança privada impõe o desempenho de atividades em condições especiais, sujeitas a risco, que não permitem a participação do aprendiz no seu desempenho, tampouco contribuem de maneira alguma para o seu desenvolvimento profissional, moral ou intelectual, sendo também impossível se estabelecer, co forme (sic) determina a CLT, “atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.”.

...

Independente das peculiaridades de cada atividade elencadas acima, a segurança privada é atividade complementar à segurança pública, desempenhada por pessoal treinado e especializado, que oferece risco por sua própria natureza. A atividade de aprendizado nestas funções, além de incompatível com o próprio escopo proposto na CLT e Decreto 5.598/05, não pode ser aplicada ao caso da segurança privada também por expor os aprendizes e vigilantes a risco desnecessário, haja vista que no caso de ocorrências ilícitas o vigilante, além de se preocupar com a ocorrência em si e com sua própria segurança, teria que zelar pela segurança do aprendiz, presente ao local e exposto a risco totalmente desarrazoado, até porque, completado ao aprendizado e, havendo interesse em prosseguir na profissão, por imposição da Lei nº 7.102/83, o interessado deverá, como qualquer pessoa, se inscrever em um curso de formação e obter a sua aprovação, de nada valendo o risco a que até então esteve exposto.

Dessa forma, não há como ser exigido da Recorrida a contratação de aprendiz na área de vigilância, porquanto tal situação é vedada pela legislação específica e pela orientação dada pelo Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça.

Assim, a conclusão a que se chega é a de que os trabalhadores lotados na função de vigilante não podem se constituir na base de cálculo para a contratação de aprendizes, por absoluta incompatibilidade.

Tanto está correta essa premissa que o próprio Edital (Termo de Referência), no Anexo 2, especifica as atribuições do vigilante (item A) e a sua qualificação profissional, sendo nitidamente incompatíveis com a aprendizagem, estabelecendo no item B que *“Quanto à qualificação profissional, a CONTRATADA deverá alocar na execução dos serviços profissionais física e psicologicamente aptos às atividades previstas, que preencham os seguintes requisitos:...”*, bem como no item C exige-se que a Contratada deve apresentar o Certificado do curso de vigilante dentro do período de validade e o Certificado de conclusão do ensino médio completo ou superior.

Nota-se, por ser manifestamente relevante, o termo adotado pelo Termo de Referência em que exige que o vigilante esteja apto física e **psicologicamente** para o exercício dos serviços definidos (*deverá alocar na execução dos serviços profissionais física e psicologicamente aptos às atividades previstas*), exigência essa nitidamente incompatível com a atividade do aprendiz que ainda se encontra em formação profissional, técnica, moral e psicológica.

Aliás, a Justificativa constante do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada já evidencia a necessidade de os serviços serem prestados por quem possui formação **completa** e adequada para vigilante, não



sendo possível ao aprendiz executá-la com a qualificação técnica exigida, sob pena de causar prejuízo à Administração e ao patrimônio a ser protegido.

Daí porque é relevante observar que a contratação pelo Senado Federal ocorre porque *“em razão da ocorrência do dia 08 de janeiro de 2023, foi verificado aumento significativo no risco de atentado contra a vida de parlamentares e seus familiares”*, sendo por isso *“imprescindível reforçar o efetivo em pontos estratégicos de vigilância, com a ampliação de profissionais diurnos e noturnos...”*

Ou seja, as próprias regras editalícias preveem que o vigilante já tenha o curso de formação de vigilante (Termo de Referência – Anexo 2 – B.1.3) e assim esteja apto física e psicologicamente para executar serviços que exigem qualificação técnica e emocional, elementos esses que não estão presentes na pessoa que se encontra em período de aprendizagem.

Caso a Recorrida fosse obrigada a empregar 5% dos vigilantes na condição de aprendiz, como sustenta a Recorrente, cerca de 17 (dezessete) pessoas deveriam estar em curso de aprendizagem, ainda não formados, portanto, em evidente afronta às regras editalícias que exigem que o profissional já tenha curso de formação de vigilante.

Além do mais, esses 17 (dezessete) supostos vigilantes, porque ainda não seriam considerados vigilantes em razão de não terem completado o curso de formação nem terem sido aprovados em exame de saúde física, mental e psicotécnico, afetariam diretamente a qualidade da prestação dos serviços contratados, colocando em risco a vida de parlamentares e de seus familiares por não estarem preparados de forma adequada, técnica e psicologicamente, para o exercício de função tão importante e relevante para a segurança das pessoas a serem protegidas e do patrimônio a ser preservado.

Além de tudo isso, é importante colacionar decisões proferidas pela Justiça Trabalhista que afastou a obrigação das empresas de vigilância em contratarem aprendizes para o exercício da função de vigilante.

No caso da Recorrida, é importante frisar que o SINDESP/DF – Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal, **entidade sindical representativa da categoria econômica da Empresa Ágil**, ajuizou ação em que pleiteou a declaração de que as EMPRESAS DE VIGILÂNCIA,

caso da Ágil (e demais licitantes deste certame), **não estejam obrigadas a contratar menores aprendizes.**

O egrégio TRT da 10ª Região decidiu a ação nos seguintes termos:

*“Por tais fundamentos, ACORDAM os Juízes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer o recurso do Sindicato Autor, e acolher a questão de ordem suscitada pelo Relator para extinguir o processo, sem resolução de mérito em relação ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, rejeitar a questão de ordem suscitada pelo Relator em relação à carência de ação quanto à União, no particular prevalecendo a divergência do Juiz Revisor, e no mérito, **dar provimento ao apelo para declarar que as empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transportes de Valores NÃO SÃO OBRIGADAS A ADMITIR MENORES APRENDIZES, nos termos do voto do Juiz Relator**, invertidos os ônus de sucumbência, isenta a União na forma da lei. Ementa aprovada. Brasília (DF), 09 de julho de 2008. (data do julgamento) ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Juiz Relator Ciente p/ Procuradoria Regional do Trabalho.” – cópia integral anexa. [destacado]*

Destaca-se importante trecho do acórdão regional:

“(…)

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transportes de Valores requereu a declaração de que as empresas que representa “não estão compelidas a contratar menores aprendizes, devido às atividades por elas desempenhadas.” O MM. Juízo de origem julgou improcedente o pedido declaratório deduzido na inicial: “Não se pode, então, declarar, como quer o autor, que todas as empresas por ele representadas não estão obrigadas a contratar menores aprendizes: o argumento utilizado pelo autor como fundamento do pedido (condições particulares das atividades que envolvem as empresas de segurança privada) não pode ser estendido a todas as empresas representadas.” Nas razões do Recurso, insiste o Sindicato Autor na declaração de que as empresas que representa não são obrigadas a contratar menores aprendizes porque as atividades que desempenham envolvem contato e guarda de armas de fogo e munições: “Resta claro, que nenhuma das atividades descritas como sistema de segurança poderá ser exercida por menores aprendizes, pois envolvem artefatos e inibição de atividade criminosa, (...) e envolve atividades incompatíveis com a aprendizagem. No que concerne ao curso de formação, (...) para formar vigilantes, esses são treinados com armas de fogo (...)” São acertados os argumentos do Autor. EM RAZÃO DAS ATIVIDADES QUE DESEMPENHAM, as empresas representadas pelo sindicato Autor NÃO POSSUEM AMBIENTE PROPÍCIO AO CONVÍVIO DE MENORES APRENDIZES. Afinal, aprenderiam o quê? Lidariam diretamente com armas de fogo, ou poderiam ser colocados, ainda que noutra função que não a de vigilante, EM RISCO PELO AMBIENTE DE FREQUENTE TRÂNSITO DE PESSOAS ARMADAS? DEVE-SE TER BOM SENSO NA APLICAÇÃO DA NORMA LEGAL. Por isso, dou provimento ao apelo para julgar procedente o pedido inicial e assim declarar que as empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transportes de Valores não são obrigadas a admitir menores aprendizes, invertidos os ônus de sucumbência, isenta a União na forma da lei.

“(…)” – cópia integral anexa. [destacado]

Então, a União Federal e o Ministério Público do Trabalho interpuseram recurso de revista ao TST, que lhe **negou provimento**, mediante acórdão da 8ª

Turma, da lavra da Ministra Dora Maria da Costa, cópia anexa, nos seguintes termos:

**“A) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Tendo em vista que o debate resume-se a questão puramente jurídica, aplica-se ao caso vertente a orientação insculpida no item III da Súmula 297 do TST (prequestionamento ficto). **2. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. MENOR APRENDIZ. EMPRESAS DE VIGILÂNCIA. ATIVIDADE DE RISCO.** Não obstante o artigo 429 da CLT disponha que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar menores aprendizes no percentual de cinco a quinze por cento, os demais dispositivos que também tratam da matéria demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no mencionado artigo da CLT com o local e a atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz. É incontestável a importância que foi relegada ao adequado desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz menor de idade na realização das atividades práticas de aprendizagem, ou seja, o aplicador do direito deve nortear-se pelo afastamento do exercício de atividades inadequadas e em locais que coloquem em risco a saúde do menor aprendiz. As empresas de segurança privada, de segurança eletrônica, de cursos de formação e transporte de valores DESENVOLVEM ATIVIDADES CARACTERIZADAS DE FORMA, IRREFUTÁVEL, COMO DE RISCO E, CONSEQUENTEMENTE, EM AMBIENTES IMPRÓPRIOS AO CONVÍVIO DE MENORES APRENDIZES. Nesse contexto, é certo afirmar que NÃO HÁ PERMISSÃO PARA, NO CASO VERTENTE, IMPOR A CONTRATAÇÃO DE MENORES APRENDIZES. Recurso de revista não conhecido. **B) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA UNIÃO (PGU)** Exame prejudicado em face dos fundamentos expendidos na análise do recurso de revista interposto pelo Ministério Público do Trabalho.” [destacado]

Vale transcrever os seguintes trechos do acórdão do TST:

“(…)

**2. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. MENOR APRENDIZ. EMPRESAS DE VIGILÂNCIA. ATIVIDADE DE RISCO.**

Pugna o parquet pela reforma do acórdão regional (fls. 238/245), sustentando que a CLT determina que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes, sem impor qualquer tipo de exceção referente à natureza da atividade desempenhada no estabelecimento. Nessa linha, aduz que não é relevante o fato de as empresas representadas pelo sindicato reclamante atuarem na área de segurança e vigilância. Fundamenta a revista em violação dos arts. 428 e 429 da CLT. Impende ressaltar, inicialmente, que a Consolidação das Leis do Trabalho conceitua menor como aquele trabalhador de quatorze a dezoito anos de idade. Por sua vez, os artigos 428 da CLT e 2º do Decreto nº 5.598/2005 estipulam que o aprendiz é aquele que celebra contrato especial de trabalho com idade entre quatorze a vinte e quatro anos. Os artigos indicados como violados pela decisão recorrida possuem o seguinte entendimento, verbis:

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, COMPATÍVEL COM O SEU DESENVOLVIMENTO FÍSICO, MORAL E PSICOLÓGICO, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo,

dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.( Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)" (sem grifos no original)

Para melhor compreensão da matéria, entretanto, faz-se necessário analisar, conjuntamente, outros dispositivos infraconstitucionais e, também, observar a orientação proveniente da Constituição Federal no que tange ao trabalho do menor aprendiz.

O parágrafo único do artigo 403 da CLT estipula que:

**"O trabalho do menor aprendiz NÃO poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola".** (grifos apostos).

**O artigo 405, I, do mesmo diploma assevera que não será permitido o trabalho dos menores aprendizes em locais e serviços perigosos e insalubres.**

Por sua vez, o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, instituído por intermédio da Lei nº 8.069/90, publicada no DOU de 16/7/1990 e retificada no DOU de 27/9/1990, **por meio do seu artigo 67 estipula taxativamente que:**

**"Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:**

**I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;**

**II - perigoso, insalubre ou penoso;**

**III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;**

**IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola."** (grifos apostos).

O Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, regulamentando a contratação de menores aprendizes, em seu artigo 11 assim estabelece:

**"Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:**

**I - as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade,** sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

**II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e**

**III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.**

E, no parágrafo único, arremata:

**"A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de dezoito a vinte e quatro anos."** (grifei)

Por fim, deve ser salientado o disposto na **Constituição Federal de 1988**, mormente se observado o **artigo 7º, inciso XXXIII**, redigido nos seguintes termos:

**"proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (também sem grifos no original)**

**Como se verifica, não obstante o artigo 429 da CLT disponha que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar menores aprendizes no percentual de cinco a quinze por cento, os demais dispositivos indicados acima, ressalte-se, são mais atuais, demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no mencionado artigo da CLT com o local e as atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz.**

**É incontestável a importância que foi relegada ao adequado desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz menor de idade na realização das atividades práticas de aprendizagem, ou seja, o aplicador do direito deve nortear-se pelo afastamento do exercício de atividades inadequadas e em locais que coloquem em risco a saúde do menor aprendiz.**

As empresas de segurança privada, de segurança eletrônica, de cursos de formação e transporte de valores DESENVOLVEM ATIVIDADES CARACTERIZADAS DE FORMA IRREFUTÁVEL COMO DE RISCO E, CONSEQUENTEMENTE, EM AMBIENTES IMPRÓPRIOS AO CONVÍVIO DE MENORES APRENDIZES.

Nesse contexto e, ante as orientações que se extraem dos dispositivos de lei e da Constituição retrocitados, é certo afirmar que NÃO HÁ PERMISSÃO PARA, NO CASO VERTENTE, IMPOR A CONTRATAÇÃO DE MENORES APRENDIZES, ASSIM ENTENDIDOS OS JOVENS DE 14 A 18 ANOS.

(...)” – cópia integral anexa. [destacado]

Houve, então, a interposição de Recurso Extraordinário, que foi denegado pelo TST. Porém, tal decisão veio a transitar em julgado em 28.02.2013, no colendo STF (ARE 716899).

Ou seja, restou determinado que, pelo tipo de atividade comercial que desempenha, **a ÁGIL, ou qualquer empresa de vigilância**, não possui ambiente propício ao convívio de menores aprendizes, ante o risco de periculosidade e, portanto, um local prejudicial à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de aprendizes.

Desse modo, a pretensão da Recorrente esbarra tanto nas regras editalícias e legais, quanto na própria concepção e objetivo dos serviços a serem prestados, sendo incompatível no presente caso a atividade de vigilante com a atividade de aprendiz, à luz também do entendimento perfilhado pela Justiça do Trabalho.

Cumprе mencionar ainda que a recorrente GI sequer cumpre a cota de vigilantes portadores de deficiência (PCD), conforme certidão emitida no site do Ministério do Trabalho, o que demonstra a natureza meramente protelatória do seu recurso administrativo, com o objetivo de tumultuar o presente processo licitatório. Estamos enviando em anexo todas as certidões emitidas em nome das empresas participantes do presente certame.

## **EXCLUSÃO DOS VIGILANTES DA BASE DE CÁLCULO DA COTA**

Excluídos os vigilantes da base de cálculo da cota do art. 429 da CLT a empresa Recorrida contratou e mantém no seu quadro funcional aprendizes em número compatível com o percentual mínimo de 5% sobre o número de seus empregados.

A cota de aprendizes deve ser calculada apenas com base no pessoal administrativo da empresa, por força legal e judicial. E, nesse sentido, como a ÁGIL possui 12 (doze) empregados na área administrativa: 12 x 5% (cota do

aprendiz) = 0,60, arredondando para 1, exatamente o número de aprendiz contratado pela empresa.

Ante estas considerações, conclui-se que a empresa Recorrida é legalmente estabelecida, especializada no ramo de vigilância (compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo da empresa Recorrida) e satisfaz as condições do Edital e seus anexos, tudo de acordo com a regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista exigidas no Edital.

### LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

A recorrente G I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA alega que lançamentos contábeis da recorrida AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA não estariam em conformidade. Essa suposição da recorrente parte do registro contábil no ativo circulante de saldos de adiantamento de lucros. A recorrente reconhece que esse procedimento é permitido pelas normas contábeis, mas suscita a exigência de previsão no contrato social da empresa e que seria necessário transferir para a conta de lucros acumulados ou lucros do exercício, quando da apuração do lucro, ao final do trimestre ou do exercício social.

Com o devido respeito, referida suposição articulada pela recorrente é infundada. Os parágrafos da cláusula oitava da 15ª Alteração Contratual Consolidada do Contrato Social da recorrida ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o nº 2550298 em 28/05/2024, contém a previsão para antecipação da distribuição de lucros e a faculdade de distribuição dos lucros mediante critério diverso da proporção da participação dos sócios no capital social, estritamente na forma do art. 1.007 do Código Civil:

#### **CLÁUSULA OITAVA**

(...)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A administração da sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar Demonstrações Financeiras e antecipar a distribuição dos lucros, em função dos resultados apurados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os lucros apurados em balanço patrimonial poderão ser distribuídos por acordo entre os sócios, independente da participação individual de cada um no capital social da empresa (Art.1007 Código Civil).

Portanto, o procedimento de distribuição antecipada de lucros de que se trata foi realizado em estrita conformidade com o contrato social da empresa e com a legislação.

No que tange à manutenção dos saldos de adiantamento de lucros no ativo circulante, mediante deliberação dos sócios referidos valores passam a ter a natureza material de mútuo, conforme pode ser verificado do “BALANCETE DE VERIFICACAO DE 01/01/2024 ATE 31/03/2024, EM REAL”, Página 4, DT. Ref. 15/04/2024, conta destacada em cor no quadro a seguir:

Conta	Descricao	Saldo anterior	Debito	Credito	Mov periodo	Saldo atual
1.1.4.2	TRIBUTOS ESTADUAIS A RECUPERAR	17.400,55 D	1.069.984,70 D	0,00	1.069.984,70 D	1.087.385,25 D
1.1.4.20.1	IMPOSTOS ESTADUAIS A RECUPERAR	17.400,55 D	1.069.984,70 D	0,00	1.069.984,70 D	1.087.385,25 D
1.1.4.20.10001	ISS RETIDO	8.992,30 D	1.069.984,70 D	0,00	1.069.984,70 D	1.078.977,00 D
1.1.4.20.10002	PRECATORIO GDF	8.408,25 D	0,00	0,00	0,00	8.408,25 D
1.1.6	OUTROS CREDITOS	5.684.081,34 D	3.588.529,44	3.453.532,53	134.996,91 D	5.819.078,25 D
1.1.6.1	ADIANTAMENTOS	494.709,95 D	3.321.325,20	3.442.737,32	121.412,12 C	373.297,83 D
1.1.6.10.1	ADIANTAMENTOS A FORNECEDOR	60.423,03 D	2.431.653,55	2.436.953,91	5.300,36 C	55.122,67 D
1.1.6.10.10001	ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	19.686,63 D	2.431.653,55	2.436.953,91	5.300,36 C	14.386,27 D
1.1.6.10.10002	VALEX GESTAO DE BILHETAGEM ELETRONICA LT	40.736,40 D	0,00	0,00	0,00	40.736,40 D
1.1.6.10.2	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	388.113,14 D	889.671,65	1.005.783,41	116.111,76 C	272.001,38 D
1.1.6.10.20001	ADIANTAMENTO DE SALARIO	12.386,87 D	12.208,18	12.913,38	705,20 C	11.681,67 D
1.1.6.10.20002	ADIANTAMENTO DE FERIAS	375.726,27 D	877.463,47	987.368,03	109.904,56 C	265.821,71 D
1.1.6.10.20009	ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS	0,00	0,00	5.502,00	5.502,00 C	5.502,00 C
1.1.6.10.3	ADIANTAMENTO A TERCEIROS	46.173,78 D	0,00	0,00	0,00	46.173,78 D
1.1.6.10.30001	ADIANTAMENTO P/ CONTA DE SERVICOS	46.173,78 D	0,00	0,00	0,00	46.173,78 D
1.1.6.2	EMPRESTIMOS	9.226,75 D	0,00	0,00	0,00	9.226,75 D
1.1.6.20.1	EMPRESTIMO A COLIGADAS	9.226,75 D	0,00	0,00	0,00	9.226,75 D
1.1.6.20.10001	AGIL SERVIÇOS CONDOMINIAIS LTDA - CP	9.226,75 D	0,00	0,00	0,00	9.226,75 D
1.1.6.3	CREDITOS DIVERSOS	1.282.086,06 D	35.377,10	10.795,21	24.581,89 D	1.306.667,95 D
1.1.6.30.1	CREDITOS DIVERSOS	1.282.086,06 D	35.377,10	10.795,21	24.581,89 D	1.306.667,95 D
1.1.6.30.10001	CREDITOS DIVERSOS	77.687,28 D	35.377,10	10.795,21	24.581,89 D	102.269,17 D
1.1.6.30.10008	FOLHA PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS INATIVOS	98.874,29 D	0,00	0,00	0,00	98.874,29 D
1.1.6.30.10009	CAUCAO SENADO FEDERAL - PROC	1.105.524,49 D	0,00	0,00	0,00	1.105.524,49 D
1.1.6.4	PARTES RELACIONADAS	3.898.058,58 D	231.827,14	0,00	231.827,14 D	4.129.885,72 D
1.1.6.40.1	PARTES RELACIONADAS	3.898.058,58 D	231.827,14	0,00	231.827,14 D	4.129.885,72 D
1.1.6.40.10001	ANTONIO JOSE R. FERREIRA	1.173.880,11 D	113.548,14	0,00	113.548,14 D	1.287.428,25 D
1.1.6.40.10002	FRANCISCO JOSE SOARES VIANNA	2.699.973,34 D	118.279,00	0,00	118.279,00 D	2.818.252,34 D
1.1.6.40.10003	ANTECIP PG EXTRA	24.205,13 D	0,00	0,00	0,00	24.205,13 D
1.1.7	CONTA CORRENTE - MATRIZ/FILIAL	133.349,27 D	18.268,46	8.000,00	10.268,46 D	143.617,73 D
1.1.7.1	CONTA CORRENTE - MATRIZ/FILIAL	133.349,27 D	18.268,46	8.000,00	10.268,46 D	143.617,73 D
1.1.7.10.1	CONTA CORRENTE - MATRIZ/FILIAL	133.349,27 D	18.268,46	8.000,00	10.268,46 D	143.617,73 D
1.1.7.10.10001	CONTA CORRENTE - MATRIZ/FILIAL AVGO	133.349,27 D	18.268,46	8.000,00	10.268,46 D	143.617,73 D
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	10.307.396,62 D	730.037,06	132.000,00	598.037,06 D	10.905.433,68 D
1.2.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.558.491,76 D	723.919,06	132.000,00	591.919,06 D	8.150.410,82 D
1.2.1.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.558.491,76 D	723.919,06	132.000,00	591.919,06 D	8.150.410,82 D
1.2.1.10.2	DUPLICATAS A RECEBER LONGO PRAZO	28.319,45 D	0,00	0,00	0,00	28.319,45 D
1.2.1.10.20003	PROCESSO 00797-2008-014-10-009	17.809,90 D	0,00	0,00	0,00	17.809,90 D
1.2.1.10.20004	PROCESSO 10-371-2009-008-10-00	1.946,59 D	0,00	0,00	0,00	1.946,59 D
1.2.1.10.20005	KALIENNE SILVA LARCERDA	1.059,48 D	0,00	0,00	0,00	1.059,48 D
1.2.1.10.20006	LUIZ CARLOS RIBEIRO	1.503,48 D	0,00	0,00	0,00	1.503,48 D
1.2.1.10.20007	MILTON FAGUNDES VIEIRA	6.000,00 D	0,00	0,00	0,00	6.000,00 D
1.2.1.10.7	EMPRESTIMOS	7.107.351,45 D	684.483,80	100.000,00	584.483,80 D	7.691.835,25 D
1.2.1.10.70001	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA - LP	7.017.351,45 D	684.483,80	100.000,00	584.483,80 D	7.601.835,25 D
1.2.1.10.70003	AGIL SERV. CONDOMINIAIS E COORP. ESPECIA	90.000,00 D	0,00	0,00	0,00	90.000,00 D
1.2.1.10.8	OUTROS CREDITOS	422.820,86 D	39.435,26	32.000,00	7.435,26 D	430.256,12 D

Com o devido respeito, saldos de antecipação de lucros, eventualmente não afetados à conta de resultados passados ou presentes, considerando que o mútuo nos termos do Código Civil é um “contrato realidade”, aperfeiçoando-se desde o momento em que disponibilizada a quantia em dinheiro, é facultado aos sócios a conversão em mútuo. Aliás, a Receita Federal do Brasil desclassifica a antecipação de lucro não realizado, exceto quando expressamente os sócios deliberem pela conversão da destinação da quantia, obedecidos os quesitos legais.

No caso, atente-se que os lançamentos nas contas devedoras de ativo **1.1.6.4** e **1.1.6.40.1** são referentes a partes relacionadas resultantes do ajuste de destinação dos saldos de antecipação de lucros não realizado, de modo que – inquestionavelmente – seja como “saldos de antecipação de lucros”, seja como “partes relacionadas”, tais posições constituem evidente **direito da empresa**, por isso registradas no ativo circulante.

Obviamente, incumbe à empresa promover a recebimento dessas posições credores com a remuneração (juros) nos termos do art. 591 do Código Civil, regendo-se pelas cláusulas convencionadas ou, na falta, com aplicação supletiva do parágrafo primeiro do referido artigo, que remete à taxa legal prevista no art. 406 desse Código.

Os itens referentes a saldos de Caixa de R\$ 3.968,65 e duplicatas a receber de R\$ 28.319,45, embora não se fale de correção de itens do balanço, obviamente não têm significância para alterar a qualidade dos itens de habilitação econômico-financeira.

A propósito, é evidente o abuso de retórica pela recorrente com a intenção de embaraçar a análise técnica da verificação dos índices de habilitação econômico-financeira, a destacar que o conjunto das suposições nesse tema em nada impactariam a capacidade econômico-financeira da recorrida.

Ademais, atente-se para a declaração de compromissos assumidos, apresentada pela recorrida em “valores totais contratados”, quando é sabido que devam ser excluídas as parcelas dos contratos já executadas, ou seja, quantias relevantes que não demandam efeito de contingência alguma. Com isso o faturamento pendente de execução (contratos compromissados) deve ser ajustado de **R\$ 90.966.585,19** para **R\$ 30.909.118,69**. Essa proporcionalidade dos valores encontra previsão expressa no artigo 69, § 3º, da Lei 14.133/2021<sup>2</sup> e no item 12.3.2, subitem a.4 do Edital<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Lei 14.133/2021: “Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: (...) § 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.”

<sup>3</sup> Edital: “a.4. declaração, conforme modelo constante do Anexo 9, que contenha Relação De Compromissos Assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a



A presente ponderação é relevante porque, considerados esses ajustes por força de lei, a exigência editalícia mínima do PL é reduzida de **R\$ 7.580.548,77** para **R\$ 2.575.759,89**.

Portanto, ainda que em remota hipótese de validade das suposições da recorrente, a empresa ainda assim atenderia a exigência legal e editalícia.

Finalmente, atente-se que a “**ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**”, foi realizada pelo órgão técnico (SECOM) e pela Equipe de Apoio com formação em contabilidade, a destacar nessa habilitação técnica o Dr. EMERSON JADER PANDINI, Analista Legislativo – Contabilidade, CRC-DF 020123/O-7.

Referida ANÁLISE não foi impugnada pela recorrente, de modo que os respectivos fundamentos e conclusões desse ato processual administrativo se reputam estabilizados pela preclusão.

### **PROCESSOS JUDICIAIS**

Não há qualquer pertinência da consulta realizada na internet pela Recorrente e a suposição de efeitos financeiros das contingências judiciais na contabilidade da Recorrida.

As informações úteis para a autoridade julgadora estão anexas ao presente recurso. A inexistência de riscos prováveis de pagamento de dívidas serão explicadas a seguir e demonstram a regularidade da contabilidade em face da improcedência das colocações de estimativas de gastos com estes processos.

O processo trabalhista n. 0000294-87.2024.5.10.0105 encontra-se apto ao arquivamento conforme certidão presentes nos autos. O valor da causa nestes autos é de R\$ 37.238,68 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

A ação de Consignação em Pagamento n. 0001045-05.2023.5.10.0010 (10ª Vara do Trabalho de Brasília – DF) foi extinta por sentença declaratória de quitação do valor de R\$ 8.405,39 (oito mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e nove centavos).

O processo n. 5022063-77.2023.8.13.0231 (Comarca de Ribeirão das Neves/1ª Vara Cível de Ribeirão das Neves) foi extinto. Segue documento comprobatório de sentença homologatória de pedido de desistência formulado pelo autor. Ou seja, não há mais este processo que tinha como valor da causa: R\$ 66.730,00 (sessenta e seis mil, setecentos e trinta reais).

A ação de embargos à execução fiscal n. 1077826-02.2023.4.01.3400 diz respeito execução fiscal 1000242-58.2020.4.01.3400 (ambas perante a 18ª Vara

Federal de Execução Fiscal da SJDF). Ocorre que a dívida de R\$ 262.868,83 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos) foi extinta por pagamento posterior ao ajuizamento. A extinção da ação ainda não ocorreu mas o débito já foi extinto.

A ação nº 5155447-78.2023.8.13.0024 (32ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte) também foi formulado pedido de desistência. O valor da causa era de R\$ 60.968,77 (sessenta mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Nos autos do processo n. 5154340-96.2023.8.13.0024 há decisão homologatória de desistência e, por consequência, extintiva do feito. A ação tinha por valor da causa R\$ 67.085,16 (sessenta e sete mil, oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

O processo n. 5026997-40.2023.8.21.0010/RS também foi extinto em relação à ora Recorrida. O valor da causa era de R\$ 168.135,88 (cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Quanto ao processo ACum 0000579-81.2023.5.10.0019 (19ª Vara do Trabalho de Brasília-DF) foi celebrado acordo homologado judicialmente em decisão de 18 de setembro de 2023. O acordo foi celebrado para o pagamento em 12 parcelas. Destas 12 parcelas somente resta para pagar a última parcela que vencerá no mês de agosto de 2024. O valor desta causa era de R\$ 609.993,94 (seiscentos e nove mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos). As parcelas foram ajustadas em 12 (doze) parcelas iguais no valor de R\$ 70.519,83 e a data do vencimento da última parcela é 20 de agosto de 2024.

A reclamação trabalhista 0010306-24.2024.5.03.0084 (Vara do Trabalho de Paracatu-MG) e a ACPCiv 0000170-68.2024.5.10.0020 (20ª Vara do Trabalho de Brasília-DF) não satisfazem os critérios de reconhecimento de provisões pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não submetidos ao controle da Recorrida. Os Autos da reclamação em Paracatu ainda pendem de realização de audiência a realizar-se virtualmente no dia 06/08/2024 e os autos de Brasília terá audiência de instrução presencial somente em 14/04/2025. Não há uma probabilidade de uma saída de recursos enquanto não ocorreram atos processuais necessários para a sua liquidação.

## **ECONOMICIDADE**

A manutenção da decisão recorrida permitirá a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

A diferença entre os preços praticados pela proposta que ficou em segundo lugar e a proposta da ora Recorrida, que se sagrou vitoriosa no presente certame, está em torno de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) anuais, ou seja, há a possibilidade contratual de alocação de recursos

financeiros no período de 10 (dez) anos de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) a menos, o que significa a adequação ao vocábulo economicidade.

### **PEDIDO**

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria., com acatamento e respeito, seja NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA G I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, sendo mantida a decisão que declarou A EMPRESA ÁGIL HABILITADA NO PRESENTE CERTAME.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite apenas a título argumentativo requer, desde já, sejam informados fundamentadamente os motivos pelos quais reforma-se a respeitável decisão administrativa, requerendo, ainda, a remessa dos autos à autoridade superior, para conhecimento e acolhimento das razões da ora Recorrida.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 23 de julho de 2024.

**ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA**

**Francisco José Soares Vianna**

**Sócio-Diretor**